

Assembléia Legislativa aprova projeto que estabelece quantos dias o servidor pode ficar doente

No dia 9 de abril, o governador José Serra disparou mais um tiro contra o funcionalismo público estadual. O plenário da Assembléia Legislativa (Alesp) aprovou um projeto de sua autoria – PLC 80/2007 – que dispõe sobre os vencimentos do servidor que deixar de comparecer ao trabalho por motivo de consulta médica, exames ou sessão de tratamento de saúde (dentista, fisioterapeuta, psicólogo etc).

O projeto consolidou-se na Lei Complementar 1.041, de 14 de abril de 2008. A partir de agora, o estado só aceitará seis atestados por ano, sendo o máximo de um ao mês. O artigo 5º da Lei exclui a aplicabilidade em relação aos servidores regidos pela regime

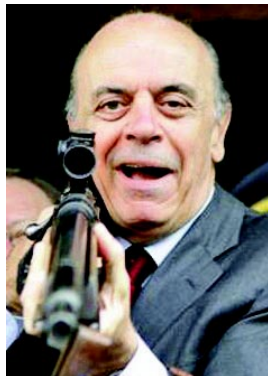
da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

“Trata-se de mais um ataque aos servidores”, critica José Francisco Martins, da assessoria jurídica do Sintunesp.

“Para não correr o risco de perder benefícios, muitos funcionários passarão a trabalhar doentes.”

Volta ao escravagismo

A aprovação do projeto (55 votos a favor e 21 contrários) foi precedida de um debate acirrado no plenário. O líder do PSDB na Alesp, deputado Samuel Moreira, justificou o projeto dizendo que o número de



Reprodução: Folha Online

faltas ao trabalho é muito alto, chegando a cerca de 13% ao dia no caso das escolas estaduais.

“É um projeto escravagista”, denunciou o deputado petista Adriano Digo, citando como exemplo o caso das servidoras gestantes. “Uma gravidez exige muito mais do que seis consultas no decorrer de nove meses, principalmente se for de risco”, disse.

“A Alesp não pode ser um cartório que apenas homologa os negócios do governador”, condenou Carlos Giannazi, do PSOL.

Para Roberto Felício, tam-

bém do PT, a medida pune os trabalhadores pelo caos criado pelo próprio governo. “No caso das escolas estaduais, temos condições de trabalho precárias, em salas de aula superlotadas, situações de tensão e violência todos os dias”, frisou.

Na Unesp

O advogado do Sintunesp lembra que os servidores técnicos-administrativos da Unesp são vinculados ao Esunesp, ou seja, estão submetidos a regime estatutário próprio. “Isso significa que as previsões relativas às ausências, afastamentos ou licenças, contidas no Esunesp, devem ser respeitadas pela administração”, esclarece.

Entidades realizam ato contra a criminalização do movimento sindical

No dia 9 de abril, representantes de várias entidades sindicais do serviço público e privado, entre elas o Sintunesp, reuniram-se em audiência pública na Assembléia Legislativa de São Paulo. O objetivo foi defender a livre manifestação e denunciar a criminalização do movimento sindical.

Entre os casos citados, estão as 66 demissões de metroviários, ocorridas no ano passado, após a greve da categoria, e a aplicação de multa de R\$ 4 milhões ao presidente da Apeoesp (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo), Carlos Ramiro de Castro, depois de

uma manifestação de professores. Também foi citada a multa



Reprodução: Site Alesp

O ato na Alesp: entidades repudiam ação truculenta do governo ao livre manifestação da população

Após a passeata de 31/5/2007, as entidades do Fórum receberam notificação de multa: tentativa de conter a reação popular por meio da criminalização não surtiu efeito, pois o movimento continuou

recebida por todas as entidades que compõem o Fórum das Seis (Sintunesp, Adunesp, Sintusp, Adusp, STU, Adunicamp e Sinteps) por terem “impedido o trânsito” durante a passeata de 31 de maio de 2007, que saiu da USP e seguiu até o Palácio dos Bandeirantes.

Nas universidades estaduais paulistas, que vêm sendo palco de forte reação aos ataques do governo Serra à educação pública, há muitos outros exemplos. É o caso dos processos contra estudantes e servidores que participaram de ocupações no ano passado.

SERVICIAIS DA UNESP EM GREVE
Contra os decretos de Serra, o inimigo público Nº 1 da educação em São Paulo.
Mais verbas para a educação.
Pela recomposição das perdas salariais.
SINTUNESP

